

## **Espaço, sociedade e educação: uma reflexão a partir da análise da Escola Estadual Francisco Escobar.**

CLEITON DONIZETE CORRÊA TEREZA\*

### **Introdução**

Neste trabalho desenvolvemos uma reflexão sobre questões relativas à produção do espaço e seus desdobramentos sociais considerando as contribuições de Henry Lefebvre ao pesquisarmos o caso da Escola Estadual Francisco Escobar em Poços de Caldas no estado de Minas Gerais.

Para compreendermos a Escola Estadual Francisco Escobar é preciso considerar sua fusão com a Escola Estadual Virgínia da Gama Salgado, que resultou na mudança para um novo prédio, em outro local, sendo que o nome Francisco Escobar prevaleceu, mesmo após uma insistente discussão que chegou a ganhar as páginas dos jornais locais. Dentre os argumentos utilizados para a permanência do nome do ex-prefeito municipal para a Escola estavam suas contribuições à cidade de Poços de Caldas no início do século XX, que com seu espírito visionário teria contribuído efetivamente para com o processo de urbanização, “edificando uma cidade nova e moderna”.<sup>1</sup>

A ideologia da modernização é evidente também quando as escolas passaram pelo processo de unificação em meados da década de 1990. Divulgavam-se os benefícios do novo e moderno prédio a acomodar alunos, professores e outros funcionários, além das obras feitas no entorno, com a pavimentação, melhoria das tubulações e construção de uma pequena ponte, trazendo modificações necessárias à comunidade. O local em que funcionava a antiga Escola Virgínia da Gama Salgado foi restaurado e seu entorno reestruturado dando origem ao Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas e a uma praça no âmbito de um projeto denominado Centro-Vivo.

As práticas urbanizadoras, planificadoras, suas ideologias e efeitos foram estudados por Henry Lefebvre, especialmente nas reflexões do final da década de 1960 e início da década de 1970. Considerar a concepção dialética tridimensional de Lefebvre, com o percebido (prática social), o concebido (as representações do espaço) e o vivido (os espaços

---

\* Mestrando no Programa *Humanidades, direitos e outras legitimidades* do Núcleo de estudos das diversidades, intolerâncias e conflitos (Diversitas) da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>1</sup> *Jornal da Mantiqueira* de 27 de junho de 1996.

de representação), colaborando para o entendimento da realidade atual da educação, seus desafios e possibilidades potenciais, em diálogo com a crítica de Ivan Illich à instituição escolar é o que almejamos.

**“Nossas vozes não foram ouvidas... só silêncio.” – Espaço, sociedade e educação: uma reflexão a partir da análise da Escola Estadual Francisco Escobar.**

No sul de Minas Gerais, uma das dez regiões do estado, entre os 27 estados da federação, considerado o terceiro mais importante observando aspectos políticos e econômicos por conta de sua produção, extensão, quantidade de municípios, malha rodoviária e tamanho do colégio eleitoral, encontra-se a cidade de Poços de Caldas, um dos polos regionais mais relevantes, que completou 140 anos em 2014.

Poços de Caldas possui uma área territorial de 547, 260 Km<sup>2</sup>, contando com 82 estabelecimentos de saúde componentes do Sistema Único de Saúde (SUS). Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,779, sexto maior do estado, com o Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 2011, de 26.948,13 reais. A população residente contava com de 152.435, 73.680 homens e 78.755 mulheres segundo censo de 2010, e destas, 137.011 alfabetizadas de acordo com dados deste mesmo ano. O município conta atualmente com o campus da Universidade Federal de Alfenas (Unifal), do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IfsuldeMinas), da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) entre outras instituições dedicadas ao ensino superior.

Segundo o IBGE, em 2012 eram 19.190 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 6.211 alunos matriculados no Ensino Médio. Para atender os estudantes o município conta com 25 escolas municipais e 11 estaduais, além da rede particular de ensino e dos Centros de Educação Infantil (CEIs).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Informações destes parágrafos iniciais no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) <http://www.cidades.ibge.gov.br/>, acesso em 21/11/2014. Para informações sobre Minas Gerais <http://www.minas-gerais.info/dados>, acesso em 21/11/2014. Para informações sobre as escolas públicas no município <http://www.pocosdecaldas.mg.gov.br/> (site da Prefeitura Municipal). Os links para a lista de escolas são: [http://www.pocosdecaldas.mg.gov.br/site/?page\\_id=10833](http://www.pocosdecaldas.mg.gov.br/site/?page_id=10833) e [http://www.pocosdecaldas.mg.gov.br/site/?page\\_id=10832](http://www.pocosdecaldas.mg.gov.br/site/?page_id=10832), acesso em 21/11/2014. Yuri de Almeida Gonçalves ainda complementa: “A cidade de Poços de Caldas está situada na região do Sul de Minas Gerais, fazendo divisa com São Paulo. Localizada na Serra da Mantiqueira, é uma das cidades mais desenvolvidas do sul de Minas Gerais, conhecida por ser uma cidade turística. Cercada por um conjunto de planaltos denominados mares de morro, de origem vulcânica, rica em urânio e bauxita, explora-se suas águas minerais e sulfurosas em nível

Uma das escolas, a Escola Estadual Francisco Escobar, constitui nosso estudo de caso. Escola que não pode ser tão facilmente descrita, isto se deve inicialmente à sua história. Portanto, antes de tratarmos da Escola Estadual Francisco Escobar atualmente é necessário recuperar suas origens.

A atual Escola Estadual Francisco Escobar é resultante da junção de duas escolas estaduais de Poços de Caldas, a Virgínia da Gama Salgado e a Francisco Escobar, que foram unificadas em 1995, em um processo que avançou pelo ano de 1996. Consequência de um movimento popular – iniciado na década de 1950, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), que tinha como objetivo expandir a educação pelas mais diversas localidades do país – a Escola Estadual Virgínia da Gama Salgado foi a primeira do município de Poços de Caldas a contar com ensino fundamental nível II, na época de 5º à 8º série. Até então os alunos que terminassem a 4º série não tinham escola pública na cidade para continuarem seus estudos. Nasceu assim em 1962 o Estadual. Localizado na Rua Padre Henry Mothon, 301, na Praça Getúlio Vargas, na região central de cidade, tornando-se referência de educação no município.<sup>3</sup>

A origem do prédio em que funcionava a Virgínia da Gama remete ao século XIX, no período áureo dos barões do café, quando Martinho Prado Jr. - irmão de Conselheiro Antônio Prado, da região de Ribeirão Preto -, acompanhou D. Pedro II para a inauguração da Estrada de Ferro Mogiana em 1886, período em que Poços de Caldas ainda era a Vila de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas. Martinho Prado contratou João Batista Pansini, para a construção da Vila, mais tarde denominada Vila Junqueira por ter sido adquirida pelo Coronel Agostinho Junqueira. O edifício foi comprado pela prefeitura na década de 1940 após a proibição dos cassinos pela Constituição Federal de 1946, pois o prédio servia de escritório e depósito de empresa de jogos. Em 1962 foi cedido para ser escola.<sup>4</sup>

O Ginásio Virgínia da Gama Salgado, fundado na gestão do prefeito David Benedito Ottoni, recebeu este nome em homenagem à mãe do Vice-Governador, Clóvis Salgado. Nilda Botelho Megale afirmou:

---

turístico e industrial em baixa escala.” In GONÇALVES, Yuri de Almeida. **Poços de Caldas uma leitura econômica**. Varginha: Sul mineira, 2010.

<sup>3</sup> Ver entrevista com Ana Paula Rodrigues Souza, diretora da escola por 14 anos, entre 1998 e 2011 disponível em <http://corujablogeefranciscoescobar.blogspot.com.br/2009/10/entrevista-com-diretora-da-e.html> acesso em 17/10/2014.

<sup>4</sup> MEGALE, Nilza Botelho. **Memórias Históricas de Poços de Caldas**. Poços de Caldas-MG: GSC Assessoria de Comunicação Empresarial, 1990. p. 109.

*“Ele deveria ser mantido pelo Estado, pela Prefeitura e pela comunidade, porém, como esta última se omitiu, a escola foi anexada ao Colégio Pio XII, pertencente à Paróquia de Nossa Senhora da Saúde. Em 1965 foi estabelecido na Vila Junqueira o Ginásio Estadual, que tendo sido aprovado como Ginásio João Pinheiro, voltou a ter o antigo nome. Segundo o contrato assinado a 12 de março, a Prefeitura entraria como o prédio e o Estado com os professores. Foi inaugurado a 3 de abril daquele ano, com a realização da aula inaugural.”<sup>5</sup>*

Em 1974 a Secretaria Estadual de Educação (SEE), através da resolução nº 731 reconheceu o Ginásio Virgínia da Gama Salgado de 1º grau (5º a 8º séries, o que seria hoje do 6º ao 9º ano). No mês de janeiro de 1990 a resolução SEE de nº 6797 autorizou a extensão de séries (1º a 4º série) a partir de 1991. E a portaria nº 673 de 09 de julho de 1993, autorizou o funcionamento do Ensino Médio.<sup>6</sup>

Neste local permaneceu até 1995 quando foi reformado para tornar-se o Museu Municipal. A secretária Marilúcia Alvisi, que começou a trabalhar na secretaria do Virgínia da Gama Salgado em 1979, e que continua trabalhando no Francisco Escobar explica melhor a estrutura física da Escola:

*“Em 1979 a escola trabalhava com quase dois mil alunos. (...) Eu não lembro se eram cinco ou seis salas embaixo. Ele tinha dentro dele ali, em cima, era sala de aula, atrás tinha sala de aula. (...) Não ia ter mais no centro da cidade... era uma escola em que você ia a pé, lógico, morávamos perto, mas você passeava no jardim, né? Você saía da escola ia embora pra casa pelo jardim. (...) Não era realmente um prédio feito para escola. Ele foi improvisado. Foi casarão, foi um hotel se não me engano. Muito bonito! Tinha uma escadaria linda. Mesmo com a escola e tudo mais... e era improvisado, mais era. (...) Tinha dias de você estar trabalhando, olhava para cima estava caindo água em cima dos papéis. Saía correndo com os papéis quando chovia. O prédio já estava precisando de uma reforma.”<sup>7</sup>*

Era usada na melhor acepção do termo de acordo com o pensamento lefebvriano. Mesmo com as precariedades estruturais, com os puxadinhos aqui e ali, chamados de vila, o casarão do final do século XIX, foi apropriado, modificado, resignificado, a partir do uso. O que analisando o relato de Marilúcia Alvisi possibilitava pertencimento, identificação.

A reforma esperada, tão necessária, não aconteceu. Foi construído um novo edifício que deveria abrigar as escolas Virgínia da Gama Salgado e Francisco Escobar.

---

<sup>5</sup> Idem. p.110.

<sup>6</sup> Regimento Interno da Escola Estadual Francisco Escobar, aprovado em 2011, ainda em vigor em 2014. p. 6.

<sup>7</sup> Entrevista com Marilúcia Alvisi, 03 de outubro de 2014.

Instalado em janeiro de 1951, o Francisco Escobar foi durante 12 anos o grupo que funcionou na Escola Paroquial do Bairro Vila Nova, num conjunto de quatro casinhas. Apenas em 1963 a Escola foi para seu espaço próprio na Avenida Taubaté, nº 502, atualmente Avenida Remídio Prézia, não distante de sua localização anterior. No ano de 1987 passou a ser denominado Escola Estadual Francisco Escobar pelo governo mineiro, recebendo em 1991 autorização para a extensão de séries (5º a 8º série, progressivamente) de acordo com a resolução da Secretaria Estadual de Educação nº 6798. No ano seguinte a Portaria nº 580 de julho de 1992 renovou a autorização de funcionamento do Curso Regular de Suplência de 1º a 4º série do Ensino Fundamental. Em 1993 a Portaria 283 autorizou a continuidade do funcionamento de oficinas pedagógicas, que foram renovadas em 1995.<sup>8</sup>

As duas Escolas foram unificadas pelo decreto nº 38347 de 1996 a contar de 15 de outubro deste ano. Mas esta unificação não foi repentina. Os documentos remetem ao ano de 1991, quando o Secretário de Estado da Educação de Minas Gerais Walfrido Silvino Mares Guia Neto, durante o governo de Hélio Costa, estabeleceu as seguintes prioridades: 1º autonomia da escola; 2º fortalecimento da direção da escola; 3º capacitação de pessoal; 4º avaliação sistêmica; 5º integração com os municípios. No ano seguinte, no contexto das prioridades anunciadas, o Secretário visitou Poços de Caldas e reconheceu a precariedade dos prédios da E. E. Virgínia da Gama e da E. E. Francisco Escobar e prometeu providenciar recursos para a construção de um novo prédio em parceria com o município que deveria disponibilizar o terreno. No ano seguinte, a nova administração municipal com o prefeito Luiz Antonio Batista e a Secretaria Municipal de Educação Maria Helena Braga, formaram a Comissão Municipal de Educação, composta por membros da Superintendência Regional de Ensino (SRE), e pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), para a elaboração do Plano Municipal de Educação.<sup>9</sup> Este primeiro Plano buscava adequar-se à Constituição de 1988, inclusive no que se refere às competências das instâncias municipal, estadual e federal.

A comissão visitou as escolas públicas e levantou a necessidades do município, entre as quais destaco:

---

<sup>8</sup> As informações contam no Projeto *Nome da Escola Francisco Escobar* desenvolvido na Escola ainda no ano de 1996, quando se efetivou a mudança, resultando em um apostilado que guarda diversos recortes de jornal, entre outros documentos, sobre o processo de fusão e mudança de endereço. Regimento Interno da Escola Estadual Francisco Escobar, aprovado em 2011, ainda em vigor em 2015. p. 6.

<sup>9</sup> A Comissão Municipal de Educação foi composta por Sônia Maria Soares, Maria Cláudia Cheberle M. de Oliveira, Maria Helena Braga, Maristela dos Reis, Roseli Quinteiro de Castro, Maria José Viana Marinho de Matos, Flávia Maria de Campos Vivaldi, Neusa Maria de Figueiredo, Doracy Teixeira Lemos, Maria Tereza Mesquita de Paula e Elvira Chagas.

- reforma das Escolas Estaduais Francisco Escobar e Virgínia da Gama Salgado.
- necessidade de criação do Ensino Médio na zona leste.
- publicação da Resolução nº 7.151/93, estabelece normas para o desmembramento e integração das escolas estaduais.
- doação de terreno, por parte da prefeitura, para a construção de um novo prédio para abrigar as EE. Virgínia da Gama Salgado e EE. Francisco Escobar.
- recursos financeiros para a construção de 02 prédios escolares: 01 prédio para abrigar as mencionadas escolas e outro para a EE. Antonio Sérgio Teixeira com contrapartida da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas.
- doação do prédio da EE. Francisco Escobar para o município.
- municipalização das escolas:
  - EE. Alvino Hosken de Oliveira
  - EE. Rotary Club
  - EE. Antonio Sérgio Teixeira
  - EE. Wilson Hedy Molinari”<sup>10</sup>

Em 1994 foi formado um grupo de trabalho denominado Comissão de Integração, com representantes das duas Escolas.<sup>11</sup> A mudança das Escolas para o novo prédio estava prevista para março de 1995, mas as aulas iniciaram mesmo em maio do próximo ano. Neste período houve reuniões para acertar as mudanças, especialmente por conta de disputas sobre o nome: Virgínia da Gama Salgado ou Francisco Escobar? Caso não houvesse consenso a Superintendência Regional de Ensino – 31º SRE seguiria o que determina a Resolução nº 7.764/75, artigo 6º, parágrafo 2º, que estabelecia que se não fosse apresentada uma proposta de denominação, permaneceria o nome da escola mais antiga. Contudo, após reuniões, ao menos quatro de acordo com os registros, da Comissão com colegiados das Escolas, com intensos debates e manifestações que chegaram aos jornais, em agosto de 1996 coube a um júri decidir. Por cinco votos a dois, permaneceu o nome Francisco Escobar. Não sem protestos. Durante a inauguração do novo prédio em 09 de agosto de 1996 os integrantes do coral Camargo Guaniere ao se apresentarem na cerimônia que contava com a presença do vice-governador Walfrido dos Mares Guia Neto, e da secretaria de Estado da Educação Minas Gerais Ana Luíza Machado Pinheiro, traziam nas roupas adesivos do Virgínia. Após a inauguração e continuidade das atividades na Escola com o nome Francisco Escobar permaneceram os questionamentos descontentes. A auxiliar de secretaria Jeanette Ferreira Gralha escreveu: “Nossas vozes não foram ouvidas, não encontraram eco. Só silêncio. (...)

<sup>10</sup> Como constam no Projeto *Nome da Escola Francisco Escobar* de 1996.

<sup>11</sup> Membros da Comissão: Aba Beatriz Carvalho Bucci Cardoso, Célia Mariano Cariello, Izabel Cristina Garcia Rossi, Marcos Antonio Bertozzi, Maria Ferraz de Arruda Sarti, Maurício Anauate Arida, Ramiro Canedo de Carvalho, Rosa Maria Figueiredo Ferraz, Silma Vieira, Tereza Maria Bonelli de Araújo Viana, Valderez Medina Ferreira, Vander Lúcia Silva de Castro. Projeto “Nome da Escola Francisco Escobar” de 1996.

queremos ter o direito de continuar a fazer história e sermos para sempre Escola Estadual Virgínia da Gama Salgado – 1º e 2º Graus.”<sup>12</sup>

O prédio da Escola Estadual Virgínia da Gama Salgado passou a sediar em 1996 o Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas. O espaço, “incorporado ao Projeto Centro Vivo” “foi revitalizado em 2008 e sendo reaberto em 1º de março de 2009”<sup>13</sup> Uma questão. Não é contraditória a transferência da maior escola pública da cidade, de sua área mais nobre, para dar lugar a um museu, sob a prerrogativa de revitalização da região central? O que pode ser mais vivo que uma escola em que as pessoas se reconheçam, trabalhem, estudem, em um espaço que elas estimam?

A metafilosofia desenvolvida por Henry Lefebvre em *O direito à cidade* contribui para analisarmos este caso.

Para Lefebvre, em nome de concepções previamente formuladas as tentativas de análises, ao abordarem a cidade, desconsideram a complexidade. Optam pelo caminho seguro que já percorrem: relações de continuidade e descontinuidade. Segundo o filósofo é preciso compreender a cidade sistema, mas como “projeção da sociedade sobre um local”, considerando estruturações, desestruturações, reestruturações, o global, o local, os diversos níveis e recordando que a cidade é lugar de necessidade e desejo.<sup>14</sup>

Em *O direito à cidade* Lefebvre desenvolveu um conjunto de reflexões sobre a cidade entendendo que a cidade prevalecente constitui um processo revolucionário, a revolução urbana, como bem abordou em obra homônima. Entre diversos aspectos estudados, que vão desde o desenvolvimento das cidades da antiguidade aos dias atuais e as dificuldades do conhecimento em refletir e modificar a cidade, o filósofo aborda o urbano enquanto concebido e a vida urbana enquanto vivido no contexto da sociedade burocrática de consumo dirigido. As mudanças efetuadas no espaço urbano pelo Estado e pelas empresas (quando Estado e empresas não estão concorrendo) visam o planejamento do espaço urbano, contudo, esta organização espacial não considerando as aspirações, as práticas sociais caracterizadas pelo uso do espaço terminam por causar a fragmentação, afetando a vida cotidiana que diante da tentativa de gerenciamento empobrece. A pobreza do cotidiano é marcada pelo não uso dos espaços de forma autônoma, limitando ou até inviabilizando as possibilidades de encontro, de

---

<sup>12</sup> Jornal da Cidade, 24 e 25 de agosto de 1996 p. 3, Jornal Folha Popular, 13 de agosto de 1996.

<sup>13</sup> Como consta no texto sobre o Museu no site da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas [http://www.pocosdecaldas.mg.gov.br/site/?page\\_id=13118](http://www.pocosdecaldas.mg.gov.br/site/?page_id=13118) acesso em 06/03/2015.

<sup>14</sup> LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. pp. 57-63.

criação, de imaginação, de construção coletiva significativa, manifestada exponencialmente na Festa. O valor de uso superando o valor de troca.

Lefebvre denomina *obra* quando há junção entre o pensamento, poesia e prática, onde as interferências urbanísticas, não terminem por surrupiar “a arte de viver na cidade como obra de arte”.<sup>15</sup> A mudança da Escola Virgínia da Gama Salgado com sua junção à Escola Francisco Escobar, a consequente perda do nome e as críticas de parte da comunidade à época denotam as intervenções arbitrárias sobre o espaço urbano em nome da administração racional e a luta pelo direito à cidade enquanto lugar de vivência e busca de reconhecimento das pessoas enquanto cidadãos.

*“A vizinhança se esfuma, o bairro de esboroa; as pessoas (os “habitantes”) se deslocam num espaço que tende para a isotopia geométrica, cheia de ordens e de signos, e onde as diferenças qualitativas dos lugares e instantes não tem mais importância. Processo inevitável de dissolução das antigas formas, sem dúvida, mas que produz o sarcasmo, a miséria mental e social a pobreza da vida cotidiana a partir do momento em que nada tomou o lugar dos símbolos, das apropriações, dos estilos, dos monumentos, dos tempos e ritmos, dos espaços qualificados e diferentes da cidade tradicional. A sociedade urbana, por dissolução dessa cidade submetida a pressões que ela não pode suportar, tende a se fundir, de um lado, na disposição planificada do território, no ‘tecido urbano’ determinado pelas coações da circulação e, por outro lado, em unidades de habitação tais como os setores dos pavilhões e dos ‘grandes conjuntos’.”<sup>16</sup>*

A ideologia do urbanismo visa acomodar, moralizar a classe trabalhadora na cidade, centralizando no cotidiano do consumo limita sua capacidade criadora, intervencionista. Diante desta complexidade do espaço Lefebvre formulou uma teoria dialética espacial tridimensional. A tríade conceitual compreende: o percebido, isto é, a prática social, que implica em produção e reprodução, no fazer em sociedade, sendo um processo dialético e paulatino; o concebido, compreendendo as representações do espaço, envolvendo portanto, conhecimentos, signos, ordenações, sistemas, códigos; e o vivido, que é o clandestino, subterrâneo, artístico, assim, espaços de representação.

Nos conjuntos residenciais, também chamados habitacionais, bairros de trabalhadores (no Brasil fomentados por programas de moradia) o que era próprio da cidade, as praças, os bares, os monumentos, são limitados, ou não permitidos, como por exemplo, a concepção de

---

<sup>15</sup> Idem. p. 134.

<sup>16</sup> LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. p. 83.

bairros residenciais e condomínios. Somente depois teve início, segundo Lefebvre, a luta para reaver a cidade diante da propaganda da cidade e de outra vida.<sup>17</sup>

*“A cotidianidade parece um conto de fadas. ‘Deixar seu casaco no vestiário da entrada e, mais leve, dar suas caminhadas após ter deixado as crianças no jardim da infância da galeria, encontrar os amigos, tomarem juntos um drink no bar’... E eis a imagem realizada da alegria de viver. A sociedade de consumo traduz-se em elementos no terreno, ordem de ser feliz. Eis o contexto, o palco, o dispositivo de sua felicidade. Se você não souber aproveitar a ocasião de pegar a felicidade que lhe é oferecida para fazer dela sua felicidade é que...Inútil insistir!”<sup>18</sup>*

A pulsação de uma vida em comunidade, como exposta no filme *O cortiço* de José Ramalho Jr. com base no livro homônimo de Aluísio de Azevedo, com seus conflitos e delimitações em um ambiente de pobreza dos trabalhadores, é vista pela “urbanização desurbanizante e desurbanizada” na acepção de Lefebvre, como desordem. Logo seria preciso ordenar, planificar. Mas neste movimento a cidade então marcada pela aglomeração, palpação, pela Festa, perde suas características. O bairro passa a ser outro lugar, onde as pessoas devem morar, nas suas casas, não ocupando as ruas, os bares, batucando, o que não raro é mal visto pelas autoridades, sobretudo pela polícia, já que há uma construção para que o trabalhador tenha uma vida regrada, adequada ao ritmo estabelecido na fábrica, na empresa, na construção civil, no comércio, onde devem ser seguidos os prazos e os horários, como é nítido nos shoppings, locais privilegiados na sociedade burocrática de consumo dirigido, em que existem seguranças, normas e horários, para não existir ocupação do espaço. Não se pode extravasar, a não ser na quantidade de sacolas. A polêmica envolvendo os *rolêzinhos* no início de 2014 é exemplar, quando jovens da periferia de grandes cidades combinaram, via redes sociais, encontros nos shoppings reunindo centenas de pessoas para ouvir música, dançar e paquerar, foram barrados pela administração desses estabelecimentos, inclusive com autorização judicial.

A propaganda da modernização no contexto urbano, organizado, planejado e pavimentado, foi muito utilizada à época da fusão entre as duas Escolas e a mudança para o

---

<sup>17</sup> Preciso dizer ainda que, em dezembro de 2014, após sair de um evento no Espaço Cultural da Urca, construído ao lado do Museu, onde antes se localizava a Escola Estadual Virgínia da Gama, me deparei como uma cena que precisei de ajuda para compreender. Um casal de noivos, completamente paramentados e um fotógrafo, faziam uma seção de fotos nas escadas do casarão do Museu voltada para uma praça que àquela hora da noite encontrava-se praticamente vazia. O espaço tornou-se um cenário, uma decoração, aquilo que Lefebvre chama a atenção para o campo, visto como adereço ocorre também com espaços na cidade plastificada. *O CORTIÇO*. Direção: João Ramalho Jr. Brasil. 1978. 110 min.

<sup>18</sup> LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. p. 32.

novo prédio que estava em construção e foi entregue em meados dos anos 1990. O discurso urbanizador ficou evidente. Divulgavam-se os benefícios do novo e moderno prédio a acomodar alunos, professores e outros funcionários, além das obras feitas no entorno, com novo asfalto, melhoria das tubulações e construção de uma ponte, trazendo modificações necessárias à comunidade. Curioso é como este mesmo discurso da modernização foi utilizado para que o nome de Francisco Escobar prevalecesse sobre o de Virgínia da Gama Salgado. Dentre os argumentos utilizados para a permanência do nome do ex-prefeito municipal para a Escola estavam suas contribuições para a cidade de Poços de Caldas no início do século XX, que com seu “espírito visionário” teria contribuído efetivamente para com o processo de urbanização, “edificando uma cidade nova e moderna”.<sup>19</sup>

Em que implica o nome da Escola? Podem perguntar uns. Não terá sido exagero a contenda em torno da escolha do nome e as considerações feitas aqui sobre esta peleja? O nome das cidades, das ruas, das praças, das escolas, por todo o país denotam ideologias dos grupos dominantes, contando sua história. No campo administrativo ou da propaganda não são poucas as lições de que tudo começa pelo nome. Não que o nome de Virgínia da Gama Salgado, mãe do político mineiro Clóvis Salgado, por si trouxesse o espírito da resistência, mas escola tinha um histórico de autenticidade, surgida a partir das reivindicações de uma parcela da população e que foi muito participativa em momentos significativos como na greve de professores de 1979 no município. Porém, mais uma vez, tanto para a arquitetura do prédio quanto para a escolha do nome, a ordem administrativa, tecnicista, não levou em consideração as expectativas da comunidade que dizia atender. Não há registros de consulta aberta à comunidade, que considerasse inclusive como deveria ser a estrutura da nova escola, somente busca no entorno para referendar o nome Francisco Escobar com depoimentos e abaixo-assinados.

*“O usuário? Quem é? Tudo se passa como se os competentes, os “agentes”, as autoridades afastassem de tal modo o uso em proveito da troca, que esse uso se confundisse com a usura. A partir daí, como o usuário é considerado? Como um personagem muito repugnante que emporcalha o que lhe é vendido novo e fresco, que deteriora, que estraga, que infelizmente realiza uma função: a de tornar*

---

<sup>19</sup> *Jornal da Cidade* de 19 de junho de 1996 e *Jornal da Mantiqueira* de 27 de junho de 1996. O falecido prefeito Francisco Escobar também ganhou um Hino de autoria de Maria Aparecida Bonifácio: Francisco Escobar / mineiro de valor / tudo fez para elevar / Minas Gerais com ardor / Prefeito laborioso / Nossa terra transformou / foi sempre muito bondoso / e o povo ele conquistou / Nossa escola tem seu nome / Para sempre perpetuar / A gratidão dos caldenses / A Francisco Escobar / Neste dia tão festivo / Vimos aqui saudar / Salve mineiro ilustre / Salve, Salve Francisco Escobar! Projeto *Nome da Escola Francisco Escobar* de 1996.

*inevitável a substituição da coisa, de levar a obsolescência a contento. O que muito pouco o desculpa.*<sup>20</sup>

Ao fim e ao cabo é como se dissessem que as condições materiais para o desenvolvimento da educação na escola já estivessem dadas, belas e modernas instalações, e se os resultados não acontecerem é porque o problema são os alunos e os educadores, incompetentes, que não sabem utilizar e preservar. Pessoas que tudo estragam, tudo destroem. O povo como problema.

Tal percepção leva a um problema muito recorrente nas escolas públicas, que a experiência de uma década me permite afirmar, dos materiais pedagógicos serem guardados, trancafiados, escondidos, porque existe o medo de que os alunos e professores danifiquem livros, aparelhos eletrônicos e o que mais for disponibilizado, sem considerar que os objetos têm duração limitada mesmo e certamente faz se necessária a manutenção e a reposição. Ainda práticas que necessitem de ocupação dos espaços são tolhidas. Se uma criança cai do balanço nada mais conveniente ao gestor do que retirar o balanço, não corre risco com pais ou com seus superiores. Se brinquedos na escola podem ser motivo de disputas, mais prudente seria desenvolver dinâmicas e reflexões que permitissem partilha e autonomia para resolução de conflitos, mas via de regra proíbe-se. Finalmente alunos e professores costumam reclamar da precariedade de estrutura e materiais nas escolas públicas. Aos poucos, pouco resta. Por outro lado cresce a quantidade de câmeras de vigilância, mais para os dentro do que para os de fora.<sup>21</sup> Cotidianamente, paulatinamente, temos produção e reprodução social no espaço escolar.<sup>22</sup> Contudo, retomemos nossa Escola.

A nova Escola Estadual Francisco Escobar se localiza na Rua Newton Delgado, nº 105, no Bairro José Carlos, a menos de quinhentos metros do antigo Francisco Escobar e a

---

<sup>20</sup> LEFEBVRE, Henry. **A Revolução Urbana**. Belo horizonte. Ed. UFMG, 1999. p. 171.

<sup>21</sup> Preciso relatar um acontecimento que em outro contexto bem poderia ser uma anedota. Há cerca de três anos, quando trabalhava na Escola Estadual João de Souza Gonçalves em Botelhos, município vizinho a Poços de Caldas, houve uma invasão seguida de furto durante uma madrugada num final de semana. Minha primeira pergunta para as diretoras foi sobre quem seriam os invasores, já que a Escola tinha instalado recentemente um circuito de câmeras, algo sempre lembrado aos alunos e professores, salientando o investimento financeiro e a possibilidade de vigilância constante. A resposta me surpreendeu. O sistema não estava funcionando adequadamente, não possuindo inclusive capacidade para a gravação de imagens.

<sup>22</sup> Para este parágrafo, além da pesquisa na E. E. Francisco Escobar considero a Escola Municipal Wilson Hedy Molinari, na qual trabalhei por sete anos, durante a implementação de uma proposta pedagógica que possibilitou significativas experiências e reflexões. O trabalho da escola foi registrado no texto *O projeto "Esperança no Futuro"* In. MENIN, Maria Suzana de Stefano, BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael, ZECHI, Juliana Aparecida Matias (orgs). **Projetos bem sucedidos em educação em valores: relatos de escolas públicas brasileiras**. São Paulo: Cortez, 2013. pp. 215-237.

dois quilômetros das instalações do velho Virgínia da Gama. A Escola conta com 06 salas utilizadas pela administração, 01 sala para professores, 01 biblioteca, 02 salas de informática, 01 cozinha com dispensa, 02 sanitários para uso do setor administrativo, 01 sanitário utilizado pelos trabalhadores de serviços gerais, 01 sanitário para alunos com cinco divisórias, (uma delas adaptada para deficientes), 01 banheiro para alunas com cinco divisórias (uma delas adaptada para deficientes), 17 salas de aula com 42 metros quadrados, 01 sala de aula com 37 metros utilizada como sala de multimídia, 01 sala que foi dividida, sendo uma parte utilizada como depósito e outra como Sala de Recursos onde é realizado o Atendimento Educacional Especializado, 01 pátio coberto onde tem um bebedouro, 1 pátio descoberto e uma quadra coberta. Esta estrutura está acomodada em dois pavilhões retangulares com um andar cada, paralelos, unidos pela escada de acesso. Entre os dois pavilhões, o pátio aberto e embaixo de um deles o pátio fechado. A quadra esportiva fica ao lado direito dos dois pavilhões para quem chega à escola.<sup>23</sup> Nestes quase 20 anos pós-junção, a Escola vem desenvolvendo suas atividades, não sem alguns empecilhos, como enchentes e o desmoronamento de parte da quadra em 2012.

Em uma visita realizada à Escola no final do quarto bimestre de 2015, para falar com um grupo de alunos, não tive a impressão de um prédio moderno e acolhedor como prometido. Pelo contrário, a mesma estrutura comum de pavilhões, grandes corredores, fragmentações e pátios centrais estão presentes. Mais que isto, a sala de aula em que conversamos carecia de cuidados e ornamentos. Carteiras, cadeiras, lousa e um lixo, continha a sala, não preenchida. Nas paredes, metade pintadas de amarelo, metade de branco, impressões do vivido, rabiscos, nomes, desenhos, feitos com lápis, caneta e corretivo. Não era início de ano letivo, quando as salas são higienizadas durante as férias. Era final de ano letivo, quando geralmente as paredes encontram-se cobertas de cartazes e painéis, decoradas. Não neste caso. Não me pareceu uma sala de aula onde existisse verdadeiramente uso do espaço no sentido de sua realização. Destacava-se por um lado pela opacidade e por outro pelas indicações de conflito.

Lefebvre analisa bem a questão da fragmentação do urbano e do campo analítico e suas implicações na vida cotidiana que contribuem para compreendermos a escola:

*“Eis uma vida cotidiana bem decupada em fragmentos: trabalho, transporte, vida privada, lazeres. (...) Eis o ser humano desmembrado, dissociado. Eis os sentidos, o*

---

<sup>23</sup> Planta arquitetônica da Escola, Projeto Político Pedagógico p. 17.

*olfato, o paladar, a visão, o tato, a audição, uns atrofiados, outros hipertrofiados. Eis, funcionando separadamente, a percepção, a inteligência, a razão. Eis a palavra e o discurso, o escrito. Eis a cotidianidade e a festa, esta última moribunda. Com certeza, e com máxima urgência, é impossível continuar nessa situação.”<sup>24</sup>*

Encontramo-nos então em uma condição fragmentária, onde não nos encontramos. Com a modernidade e seus enquadramentos chegamos até aqui. Como vislumbrar concretamente movimentos articulados e fortalecidos se as pessoas no contexto urbano estão encaixotadas aqui e ali seja no escritório, na sala de aula, na fábrica, no clube, na loja, na igreja, no *smarthphone*, etc? Para Lefebvre é preciso um código do espaço, que permita articulações, conexões, conjugando o vivido e o percebido.

Ivan Illich em sua crítica radical às instituições, escrevendo também no início da década de 1970, assim como Lefebvre, com posições bastante marcadas pelas proposições de 1968, concorda sobre o planejamento urbano, seu controle e sua artificialidade, analisando o caso novayorkino. Illich assim como Lefebvre percebe nas surpresas e encontros do cotidiano a possibilidade de outra relação com espaço, e portanto, de vivência, invocando a ficção e a criatividade.

*“A vida, hoje, em Nova York, dá-nos uma visão muito especial do que é e do que pode ser, e sem esta visão a vida em Nova York é impossível. Uma criança, nas ruas de Nova York, nada toca que não seja cientificamente desenvolvido, traçado, planejado e vendido a alguém. Até as árvores estão lá porque o Departamento de Parques decidiu colocá-las aí. As piadas que ouve na televisão foram programadas com elevados custos. Os objetos com que brinca nas ruas do Harlem são restos de embalagens que se destinavam a alguém. Mesmo os desejos e temores são institucionalmente modelados. A força e a violência são organizadas e controladas; os ‘grupos’ versus a polícia. A própria aprendizagem é definida como consumo de assuntos, resultado de programas pesquisados, planejados e promovidos. Qualquer bem existente é produto de alguma instituição especializada. Seria loucura exigir algo que nenhuma instituição pudesse fornecer. A criança da cidade nada pode esperar que esteja fora do possível desenvolvimento do processo institucional. Até mesmo sua fantasia é instigada a produzir ficção científica. Consegue experimentar a poética surpresa do não planejado apenas através do seu encontro com ‘a vileza’, tolice ou fracasso: a casca de laranja na sarjeta, o lamaçal na rua, a quebra da ordem, do programa ou da máquina são os únicos impulsos da fantasia criativa. ‘Dar mancadas’ torna-se a única poesia disponível.”<sup>25</sup>*

Segundo Illich o modelo de escolarização pós-industrial nada mais fez do que enganar os indivíduos e comprometer a sociedade. O conhecimento escolar científico atendendo aos interesses de poder nada mais fez do que colocar em risco a própria continuidade humana, prova disto é a excessiva produção bélica. A escolarização sistêmica obrigatória apenas fez

<sup>24</sup> LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. p. 32.

<sup>25</sup> ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. pp.117-118.

eclodir o charlatanismo diplomado com a perda de sentido diante da educação era para a vida, era inseparável do trabalho e das questões essenciais para a vida. Numa época em que havia estilo diria Lefebvre, período anterior ao avanço hegemônico capitalista. Quando existiam compreensão e significação do espaço, construção que hoje não existe mais. Havia interação entre o que se fazia e o que se usava, trabalho e arte eram indissociáveis, mas isto se perdeu. A educação escolar divorciou-se, progressivamente, do mundo. A escola tornou-se veículo de produção de demandas que ela mesma coloca, afirmando-se como necessária para atendê-las, por exemplo, o acesso a um emprego. Esta instituição está embargada por ideologias consumistas, militaristas, religiosas, burocratizantes, uma estrutura escolar fragmentada e empacotada.

A proposta em quatro tópicos de Ivan Illich implica em outra forma de organização espacial que propicie encontro e trocas: 1º serviços de consultas a objetos educacionais (necessidade de disponibilizar materiais rompendo com o controle de acesso ao conhecimento); 2º Intercâmbio de habilidades (incentivo ao compartilhamento, não professores, mas mestres, sugerindo a possibilidade da criação de um banco de trocas); 3º Encontro de colegas (fomento às redes, onde não se ensine isto ou aquilo, mas que as pessoas possam escolher e se associarem, ressaltando encontros urbanos); 4º Serviço de consulta a educadores em geral (apoio pedagógico e desenvolvimento de liderança intelectual em todos os campos do saber).

Como explicitado por Lefebvre o espaço precisa ser compreendido como um corpo. É preciso conhecer sua história, suas experiências, suas dimensões, suas ideologias, considerar todos os seus membros interligados e suas relações, como também compreende Illich.<sup>26</sup> A metafilosofia lefebvriana caminha por uma compreensão holística, tão necessária ao estudo da escola e da educação, âmbito de confluência das mais diversas agruras sociais. Eis sua dificuldade e sua força.

### **Considerações finais**

Analisando a E. E. Francisco Escobar à luz da reflexão lefebvriana quanto ao espaço é possível destacar que intervenções das autoridades sob o signo do planejamento urbano modernizador, podem produzir situações em que tais modificações constituem efeitos agressivos onde as pessoas, usuárias, não ouvidas, são impactadas pelo avanço do projeto

---

<sup>26</sup> LEFEBVRE, Henri. **A reprodução do espaço**. Espanha: Capitán Swing Libros, 2013. pp. 98-99.

fragmentado e burocratizado da sociedade contemporânea, em que encontros genuínos e construções coletivas originais são obstruídos pelas ações de planejamento e gerenciamento do espaço. Um espaço cenário.

Diante da ausência de apropriações do espaço, no sentido de uma integração autêntica a partir do uso, as dificuldades de encontro e reconhecimento, especialmente no caso de uma instituição de ensino são limitadas. A distância entre o discurso modernizador propagado para embasar a fusão e junção das Escolas no novo prédio, a existência de um projeto de revitalização do centro da cidade envolvendo a transferência de uma escola, os benefícios destacados pela obra inovadora de Francisco Escobar no início do século XX e a realidade constatada no cotidiano escolar a partir das visitas e entrevistas, constituem expoentes conflitantes entre a ideologia programadora do espaço urbano, atendendo aos paradigmas controladores e alienantes e a forma com que as pessoas se entendem neste espaço. Impressionou-me o relato de uma aluna, que mesmo diante das carências da Escola que resultam em uma educação de qualidade discutível, quando lhe perguntei porque não se transferia para outra unidade, disse que temia não acompanhar o ritmo de exigência de uma escola melhor estruturada. Além de compreender suas limitações no contexto escolar, da forma em que ela se encontra, com seus desarranjos, estava também ligada a ela de tal maneira que pensava não conseguir continuar em outro local.

Entretanto é preciso observar que Henry Lefebvre, mas também Ivan Illich, não deram tudo por terminado. Embora a regulação do espaço por ideologias coercitivas constituam um enorme desafio, sempre existem possibilidades de insurgência, mesmo a partir de momentos breves e atitudes a princípio desconexas. Identificar e potencializar iniciativas no nível do vivido, considerando a perspectiva dialética, a poesia, a Festa, a criatividade, para refundação da escola, faz se necessário se quisermos superar os atuais paradigmas escolares e sociais adversos que apesar das exceções permanecem.

## **REFERÊNCIAS**

CANÁRIO, Rui. **A Escola tem futuro? Das promessas às incertezas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERREIRA, Jurandir. **Um hectare na história de Poços de Caldas**. Poços de Caldas – MG, Prefeitura Municipal, 1996.

FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação.** Revista Brasileira de Educação, nº 10, 1999. Disponível em [http://anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde10/rbde10\\_06\\_claudia\\_fonseca.pdf](http://anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde10/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf) acesso em 15 de agosto de 2015.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas.** Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **A reprodução do espaço.** Espanha: Capitán Swing Libros, 2013.

\_\_\_\_\_. **Hegel, Marx e Nietzsche (ou reino das sombras).** México: Siglo Veintiuno Editores, 1988.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Urbana.** Belo horizonte. Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **A vida quotidiana no mundo moderno.** Lisboa, Ulisseia, 1969.

MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução crítica a sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1981

MEGALE, Nilza Botelho. **Memórias Históricas de Poços de Caldas.** Poços de Caldas-MG: GSC Assessoria de Comunicação Empresarial, 1990. p. 109.

MENIN, Maria Suzana de Stefano, BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael, ZECHI, Juliana Aparecida Matias (orgs). **Projetos bem sucedidos em educação em valores: relatos de escolas públicas brasileiras.** São Paulo: Cortez, 2013.

MOSÉ, Viviane (org). **A escola e os desafios contemporâneos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013

SCHMID, Cristian. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional.** (tradução Marta Inez M. Marques e Marcelo Barreto). In: Goonewardena, K. (ed), Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre. New York, Routledge, 2008. pp. 27-45. Versão inglês em [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/lefebvre\\_space\\_everyday.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/lefebvre_space_everyday.pdf). Acesso em 21/04/2015.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **A insurreição pelo uso.** In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henry Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.